

# Aborto e ativismo: o uso das mídias digitais e redes sociais para pautar estratégias morais para o acesso ao aborto no Brasil<sup>1</sup>

Magna Karol Alves de Paiva- UFPR/PR

Palavras-chave: aborto, mídias digitais, estratégias

## Introdução

Frente a um cenário global de avanço do conservadorismo e de direitos sendo retirados, como é o caso dos Estados Unidos<sup>2</sup>, em que cada estado decide se a mulher pode realizar o aborto. Ao voltarmos o cenário local, na América Latina, tivemos avanços nos últimos anos, no caso da descriminalização e despenalização social do aborto na Argentina, e recentemente a legalização do aborto em todo o território do México.

No entanto, no Brasil, os debates sobre o acesso ao aborto legal com o avanço do conservadorismo na Câmara dos deputados, levou a uma série de proposições por deputados da bancada evangélica, como da frente parlamentar pela vida, a apresentar projetos contra os direitos já garantidos. No que concerne ao direito ao aborto já prescrito na Lei desde 1940.

Algumas dessas questões que estão no debate público são o Estatuto do Nascituro, que entrou em pauta em 2007, mas foi engavetado e, em 2023 o projeto de Lei 424/2021<sup>3</sup> voltou a ser pauta no congresso. Após um pedido de urgência urgentíssima com assinaturas apresentadas pela deputada Chris Tonietto do Partido do Liberal-PL Rio de Janeiro. O Estatuto do Nascituro<sup>4</sup> objetiva conferir personalidade jurídica integral ao feto desde a concepção, transformando o aborto em crime hediondo — isso inclui em casos de aborto em decorrência de estupro, anencefalia fetal e risco à vida da gestante. Se aprovado, a pena varia de 3 anos ou mais de detenção, e também impediria a fertilização in vitro e pesquisas com células tronco, que já é constitucional pelo STF.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

<sup>2</sup> A histórica decisão Roe versus Wade, de 1973, concedeu às mulheres dos Estados Unidos o direito ao aborto até a 24ª semana de gravidez. No entanto, em 24 de junho de 2022, a Suprema Corte dos EUA, de maioria conservadora desde o governo de Donald Trump, revogou essa decisão e devolveu aos 50 estados do país a jurisdição sobre a questão. Foi um choque para todos que defendem o direito ao aborto, que, segundo pesquisas, são a maioria entre os americanos. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/o-que-mudou-ap%C3%B3s-fim-do-direito-ao-aborto-nos-eua/a-66016372>

<sup>3</sup> [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1963422&filename=PL%20434/2021](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1963422&filename=PL%20434/2021)

<sup>4</sup> <https://catarinas.info/deputados-tentam-aprovar-o-estatuto-do-nascituro/>

Em junho de 2024, o projeto de Lei 1904/2024 conhecido como “PL do estupro” foi protocolado e apresentado como pedido de urgência na Câmara dos Deputados. De autoria do deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), o “PL do estupro”, trata-se de alterar o Código Penal, nos casos de aborto em decorrência de estupro que não tem limite para realizar, e nos casos de risco de morte da mulher. Assim, propõe equiparar o aborto após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio, mesmo em casos que é legalizado. O PL prever que a pena para as vítimas de estupro seja maior do que a dos estupradores.

São alguns desses debates que entram em cena pública na Câmara dos Deputados, bem como eclodem nas mídias digitais como forma de ativismo e mobilização nas redes. É nesse campo de mobilização, como ferramenta, que as feministas pressionam e ajudam as mulheres a buscarem seus direitos.

Na luta pelos direitos das mulheres e pessoas que gestam, temos os grupos que se denominam pró aborto. Esses grupos estendem o debate do aborto para as mídias digitais, com vistas a auxiliar as mulheres a acessarem seus direitos sexuais e reprodutivos, que compreendem, tanto o acesso aos métodos contraceptivos e como usá-los, quanto à possibilidade de acessar o aborto legal. Ainda, existem redes que ampliam o acesso ao aborto de maneira ilegal, atuando para as mulheres realizarem o aborto de maneira segura e em casa.

No que diz respeito ao aborto legal, as mulheres têm dificuldades para obter o serviço em hospitais, dado que, de acordo com o estudo de Jacobs (2022), de cada sete mulheres que solicitaram o serviço de aborto legal no Brasil entre 2010 e 2019, uma precisou viajar para obter o benefício. Além disso, há uma lacuna no conhecimento sobre o direito ao aborto legal, a capacitação dos profissionais para a interrupção da gravidez e o acesso a métodos contraceptivos para essas mulheres.

As feministas atuam usando as mídias digitais como ferramentas para auxiliar as mulheres a realizarem o aborto legal e clandestino. Bem como, de espaço para ampliar o convite às ruas, quando tem reivindicações a serem feitas. É nesse sentido, que as mídias digitais podem ser um espaço para que as mulheres busquem ajuda com as redes feministas e organizações não governamentais, para auxiliarem a realizar o aborto.

A partir disso, este artigo tem como objetivo entender como essas redes utilizam de estratégias morais para pautar a descriminalização do aborto no Brasil. Partindo do pressuposto que, essas redes atuam nas mídias digitais, utilizando dessas ferramentas, para levar o aborto em países que há a criminalização, como é o caso Brasil, como também, ajudar as mulheres a acessarem de maneira segura.

Uma dessas redes, é a organização sem fins lucrativos, Women on Web. Uma organização internacional que envia pílulas há mais de 200 países e atua para que as pessoas possam ter um aborto seguro em casa. Além do site, elas atuam no *Instagram*, *Facebook*, *Twitter*, *Pinterest*, *LinkedIn*, compartilhando informações seguras e cientificamente embasadas sobre o aborto, como também ações em relação ao aborto seguro em diversos países.

No Brasil, a nível local, temos organizações que ajudam as mulheres a acessarem o aborto legal, visto que, o acesso mesmo que garantido por lei é dificultado nos hospitais. Essa dificuldade ocorre por falta de capacitação dos profissionais, até diretrizes dos hospitais que exigem o boletim de ocorrência para realizar o procedimento, médicos que usam da objeção de consciência para não realizar o procedimento e poucos hospitais que realizam. Esses projetos atuam viabilizando o acesso às mulheres ao hospital, como pagamento de hospedagem e passagens para que elas possam se deslocar.

A metodologia usada para analisar esse site, como as redes sociais, segue sendo com base em uma etnografia digital. Nos pressupostos que seguem uma etnografia digital (Hine, 2020), que as abordagens são sempre adaptativas nas etnografias na internet, não seguindo um modelo preexistente. Sendo construídas através de questões e motivações preexistentes e teoricamente sensíveis, mostrando encontrar questões interessantes.

Com base nisso, esse artigo tem como objetivo analisar as estratégias morais usadas pelas organizações feministas, bem como de sites que pautam a informação e o serviço do aborto medicamentoso em contextos de criminalização do aborto, que é o caso do Brasil.

Na primeira seção, evidencio a organização Women on Web, a estrutura da plataforma, e como é realizado o envio das pílulas abortivas. Ainda, apresento como o site atua ajudando as mulheres em diversos países em que o aborto é ilegal, mas também em países que o aborto é legal e que as mulheres tem dificuldade de acessá-lo.

Na segunda seção, apresento o acesso ao aborto a nível local, especificamente no Brasil, mostrando como as organizações feministas usam de engajamentos morais para ajudar as mulheres a acessarem o aborto, tal como nas mídias digitais, através de palavras e *hashtags* para pautar a descriminalização do aborto.

Na terceira seção, analiso as categorias expostas pelas mulheres brasileiras na plataforma Women on Web. Evidenciando como a plataforma utiliza de táticas morais para que as mulheres relatem sobre o processo de abortamento, tentando quebrar o

estigma de que o procedimento do aborto causa sofrimento e danos psicológicos às mulheres.

### **1. A nível global- A organização Women on Web**

O site Women on Web pode ser considerado uma plataforma, nos termos de Van Dijck (2013), de acordo com a qual as plataformas são interfaces que compreendem múltiplos significados. Elas podem ser conceitos computacionais e arquitetônicos, mas também podem ser decifradas de maneiras figuradas, num sentido sociocultural e político, como espaços políticos e infra estruturas performativas. A plataforma é entendida, segundo seus próprios termos como uma organização canadense, que nasce a partir da organização Women on Waves, fornecendo meios para que as mulheres realizem abortos a partir de um navio ancorado fora de águas territoriais, em países onde o aborto é ilegal.

A plataforma Women on Web foi criada em 2005 pela médica Rebecca Gomperts, que também lidera as organizações Women on Waves<sup>5</sup> e Aid Access<sup>6</sup> nos Estados Unidos. A Women on Web disponibiliza dados e orientações sobre o tema do aborto em mais de 200 países. Ela compartilha dados em suas redes sociais, como o Instagram, o *LinkedIn*, o *Pinterest*, o *Facebook*, o *Twitter* e, recentemente, o *TikTok*, sobre: o acesso ao aborto, o envio de pílulas abortivas pelos correios, o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, a telemedicina, atualizações sobre o tema, notícias sobre o aborto em diferentes países e, sobretudo, acerca das leis que impedem as mulheres de abortar.

No site evidenciam-se os diversos idiomas que as mulheres podem acessar e saber sobre o aborto e como realizá-lo. Ao adentrar a plataforma, aceitamos os cookies<sup>7</sup> e observamos fotos de mulheres de diversas especificidades, brancas, negras, asiáticas de cabelos curtos, longos, logo quando abrimos a página, tem uma imagem de uma de “boca” engolindo uma pílula, o que demonstra uma relação direta com os medicamentos que

---

<sup>5</sup> As Women on Waves é uma organização sem fins lucrativos que atua no âmbito da proteção dos direitos humanos das mulheres. A sua missão é a prevenção de gravidezes indesejadas e de abortos clandestinos feitos em más condições em todo o mundo.

<sup>6</sup> A Aid Access trabalha com uma equipe de provedores de aborto registrados nos EUA que fornecerão pílulas abortivas registradas pela FDA para pessoas em todos os 50 estados.

<sup>7</sup> O Women on Web não aluga, vende ou compartilha suas informações pessoais com outras pessoas ou empresas não afiliadas. Women on Web não se envolve em spam. Temos o compromisso de proteger a privacidade e a confidencialidade de seus visitantes: Oferecendo uma conexão criptografada (HTTPS). No entanto, você será solicitado a fornecer seu endereço de e-mail para obter acesso ao Serviço de Aconselhamento Online. Você pode solicitar a remoção dessas informações a qualquer momento, escrevendo um e-mail para [info@womenonweb.org](mailto:info@womenonweb.org). Solicitaremos o seu endereço de e-mail, o seu endereço físico e o seu número de telefone para obter pílulas de aborto. Essas informações são necessárias para garantir a entrega adequada de nossos serviços, de acordo com nossos termos de uso.

permitem concretizar o aborto. Além disso, consta a seguinte apresentação escrita: “Acesso seguro a pílula de abortiva para o mundo. (WoW, 2024, n.p.)”.

A plataforma Women on Web disponibiliza um e-mail para que possamos enviar mensagens e solicitar informações sobre o site, bem como o que desejamos saber sobre o aborto e as informações que não estão no site.

A Women on Waves como a Women on Web compartilham e trabalham juntas na internet e nas mídias digitais para que o ativismo digital feitos, por ambas, pelo direito ao aborto seguro chegue a milhares de mulheres em todo o mundo. A missão da Women on Web, nos termos da própria plataforma, é possibilitar o acesso seguro e efetivo a serviços tele médicos de abortos medicinais seguros. “Nós lutamos por um mundo em que o acesso a procedimentos seguros de abortamento seja possível para todas as mulheres e para todas as pessoas grávidas, sem estigmas ou julgamentos” (WoW, 2024, n.p.).

As pessoas que precisarem de métodos contraceptivos ou de pílulas para o aborto pode realizar uma consulta online no site, na qual, será direcionada a uma equipe de help desk<sup>8</sup> que responderá e tirará todas as dúvidas no intervalo de 24 horas.

Segundo o estudo realizado por Deborah Diniz e Madeiro (2012) quando a droga misoprostol foi introduzida no mercado farmacológico era usada para o tratamento de úlceras gástricas, mas logo foi descoberto seu uso como abortivo. No Brasil, desde 1998, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária- ANVISA restringiu o acesso ao medicamento nas farmácias, e apesar da Anvisa autorizar a comercialização somente do medicamento a base do misoprostol, o Protokos, foi o nome cytotec que ficou conhecido e se aliou as práticas abortivas das mulheres.

A comercialização do cytotec no Brasil é realizada por meio de vendedores em bairros, nos grandes centros das periferias, redes de pessoas que conhece quem vende. Mas há também a comercialização pela internet, destacando atualmente o principal meio da venda. Os vendedores, segundo o estudo de Diniz e Madeiro (2012) são na sua maioria homens e a predominância da atuação é na internet, na época era o usado o *MSN Messenger*<sup>9</sup> e o *Skype*<sup>10</sup> para as mensagens instantâneas com os compradores.

---

<sup>8</sup> São membros que ajudam respondendo as mulheres em diversos idiomas e as informando os procedimentos para realizar o aborto e tirando dúvidas.

<sup>9</sup> O MSN foi um programa de mensagens instantâneas criado pela Microsoft em 1999. Atualmente foi encerrado.

<sup>10</sup> Skype é um software proprietário de mensagens e videoconferência, operado por uma divisão da Microsoft.

A questão que envolve a compra do cytotec por esses vendedores é de fato saber se a procedência do medicamento é segura, já que muitas mulheres já foram enganadas, e o medicamento estava vencido ou não fazia o efeito pretendido. No universo desse mercado clandestino, as mulheres buscam a internet para saber como usar o medicamento, como ingerir, o que beber durante o procedimento e em quais casos procurar o hospital.

A dinâmica do site, nesse sentido, parte de todo um acompanhamento com essa pessoa por e-mail, desde a chegada da pílula para ela ingerir, como realizar o procedimento e até o aborto ser realizado. No site recomenda-se a ingestão das pílulas e a ajuda é de até 10 semanas de gravidez, e a OMS sugere que o aborto pode ser realizado por pílulas em até 12 semanas de gravidez.

O Brasil, desde 2015 está apreendendo os envelopes que a plataforma enviava com as pílulas. Diante disso, a plataforma resolveu suspender o envio para o Brasil, mas oferece meios para que as mulheres consigam realizar o aborto. A suspensão do envio para o Brasil ocorreu depois de muitas pílulas serem apreendidas pela alfândega, mas com a epidemia de Zika<sup>11</sup> e microcefalia a demanda pelas pílulas aumentaram.

Segundo Gomperts, em uma entrevista concedida a Luiza Bandeira a BBC News (2016)<sup>12</sup> em Londres, ela afirma que desistiu de mandar as pílulas para o Brasil porque estavam sendo confiscados e começou apenas a informar as brasileiras onde elas conseguiriam realizar um aborto, na Guiana ou em Cuba. Mas, com a epidemia de Zika, os pedidos das brasileiras triplicaram pedindo informações e como realizar um aborto. Sendo assim, a organização resolveu fornecer novamente o envio das pílulas.

No entanto, segundo Gomperts, as pílulas ainda estariam sendo barradas pela alfândega, mesmo sendo enviado para uso pessoal. Na entrevista, ela relata que a ONG recebia, em média, 100 e-mails das brasileiras por semana, mas em fevereiro de 2016, em uma semana, receberam 285 e-mails.

Atualmente os únicos países da América Latina que a ONG não está enviando as pílulas por questões de barreiras alfandegárias é o Brasil e Cuba. No restante dos países<sup>13</sup> da América latina continua enviando, então, as mulheres podem solicitar que irão receber os medicamentos. No caso das mulheres brasileiras, elas podem pedir ajuda e informações

---

<sup>11</sup> No ano de 2015, em decorrência do aumento de nascimentos com microcefalia e sua associação com a infecção pelo vírus Zika, foi declarado no Brasil o estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)

<sup>12</sup> [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160225\\_zika\\_abortivos\\_lab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160225_zika_abortivos_lab)

<sup>13</sup> Chile, Argentina, Uruguai, Colômbia, Bolívia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Nicarágua, Peru, Venezuela, Paraguai, Panamá, El Salvador, México, Haiti, Honduras e República Dominicana.

de como realizar a interrupção da gravidez, adquirindo o remédio de outra forma ou acessando outro país.

A modulação da plataforma é de um ativismo político e de ajuda as mulheres acessarem o aborto seguro. Ao entrar no site, evidencia-se em todas as seções tem trechos dos relatos publicados, que induzem as mulheres a lerem e ver que o aborto foi bem sucedido com ajuda da plataforma. Em vista disso, entende-se que a plataforma atua para que as mulheres consigam acessar as pílulas pelo site para que seja um ambiente seguro e de confiança.

Em relação à mediação desses circuitos entre as plataformas como forma de organização política, Coudry e Hepp (2020) salientam que, cada vez mais, os movimentos sociais reconhecem a importância das tecnologias midiáticas para processos sociais e construção de coletividades em particular. A Women on Waves e a Women on Web se utilizam das estruturas das mídias para engajar-se politicamente na causa do aborto. Com o apoio das mídias, esses movimentos têm como objetivo promover uma mudança em escala global, não apenas oferecendo grupos com base em "identidades de projeto" comuns, mas, sobretudo, "redes de esperança" (Coudry e Hepp, p. 230, 2020).

Além do envio de pílulas, a plataforma disponibiliza questões sobre os direitos sexuais e reprodutivos, com base na Organização Mundial de Saúde- OMS, como atualizações recentes de diretrizes e facilidade para que as pessoas possam acessar questões sobre o aborto, métodos contraceptivos e saúde reprodutiva de pessoas trans.

A organização Women on Web atua globalmente fornecendo o aborto seguro, como também atuando para o que o aborto onde é criminalizado seja legalizado. A partir de publicações a respeito de campanhas no Instagram, a Women on Web, utiliza de estratégias para que o site tenha visibilidade, como publicações de trechos de relatos de mulheres que já realizaram o aborto e, de mulheres que conseguiram acessar as pílulas.

No site, há também uma seção 'fiz um aborto' na qual, as pessoas podem relatar sobre o aborto realizado durante sua vida reprodutiva. Os relatos disponibilizados podem ser acessados e lidos por qualquer pessoa. Como forma de eliciar que as mulheres solicitem as pílulas, esses trechos de relatos estão presentes em algumas das seções do site.

O termo midiaticização, segundo Coudry e Hepp (2020) é um conceito que auxilia a analisar criticamente a inter-relação entre as transformações nas mídias e comunicações, por um lado, e as transformações na cultura e sociedade, por outro. Nesse caso, a midiaticização descreve os processos de ordem mais elevada de transformação e mudança

em toda a sociedade, que resultam da mediação que se dá em todos os níveis que envolvem a interação.

Nessa esfera de midiatização e de algoritmos, Van djick (2013) evidencia que as plataformas constituem algoritmos para os processamentos de dados. A partir disso, codificam o perfil desse usuário, suas preferências, a partir do que clicou no site. As redes sociais da Women on Web, especificamente o *Instagram*, seguem modelando o layout e as publicações conforme os usuários estão curtindo e interagindo.

## **2. O aborto a nível local: as mídias digitais e a atuação dos movimentos feministas no Brasil**

A militância no espaço online ganhou força e legitimidade nos movimentos feministas, que buscam ampliar os direitos das mulheres, tanto no debate público, nos espaços offline, como nas mídias digitais. Segundo Hollanda (2018) as forças das mulheres nas ruas ganharam mais legitimidade e foram fatores estratégicos com o uso das redes sociais nas marchas feministas, como na primavera feminista em 2015, no Brasil. Como outros movimentos que eclodiram com *hashtags* no *Twitter* levando mulheres e movimentos sociais para as ruas.

Um das *hashtags* que mais eclodiram, foram as *##MãesECriasContraCunha* e *#MãesECriasNaLuta* durante o que ficou conhecido como primavera feminista em 2015. Várias mulheres, mães e movimentos feministas foram as ruas, tentando barrar o retrocesso que significou a aprovação do projeto de lei (PL) 5069/2013, apresentado por Eduardo Cunha, cujo objetivo era dificultar o acesso de vítimas de estupro a cuidados médicos essenciais.

Sem dúvidas, as redes sociais desde a sua popularização em 2010, seguem sendo o mecanismo mais importante de estratégia de mobilização política, mas também, uma forma de mecanismo de pressão junto às instituições públicas. Como plataformas que são criadas para fazer pressão nas políticas representativas, criação de abaixo assinados, de *hashtags* no *Twitter*, de “*Twittaço*”<sup>14</sup>, uma maneira de pressionar o poder público em torno de uma específica.

Hollanda (2018) evidencia que existem plataformas criadas para a comunicação diretas, mas algumas são criadas como mecanismos de pressão com instituições já

---

<sup>14</sup> É uma manifestação feita na internet, especificamente no *twitter* através da publicação intensa de *twites* de forma concentrada e com uma *hashtag* em comum.



estabelecidas. Como é caso da plataforma Avaaz<sup>15</sup>, criada em 2007, mas também plataformas que se inserem na causa dos direitos sexuais e reprodutivos e do acesso à informação sobre aborto, como a própria Women on Web, Women on Waves, Safe2choose<sup>16</sup> e entre outras.

Os novos movimentos sociais são diferentes dos movimentos de protesto, com base no que Hollanda (2018) pontua, eles são movimentos culturais, que permitem ao ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação segundo seus próprios interesses e valores, independente de instituições.

Nesse sentido, são com essas mobilizações feministas que essas redes conseguem atuar na causa do acesso ao aborto legal e clandestino. No intuito de fazer pressão nas redes sociais para que as mulheres acessem seus direitos, no caso do aborto legal. Mas também de forma que elas possam acessar o aborto seguro em casa sem complicações, se optarem em realizar um aborto clandestino.

No Brasil, temos diversas organizações e projetos nas redes, especificamente, *Instagram* e *Twitter*, mas que mobilizam também os sites para informações acerca de direitos sexuais e reprodutivos, acesso ao aborto legal, informações e notícias de interesses de mulheres e pessoas trans.

Algumas dessas plataformas, como a Nem Presa Nem morta<sup>17</sup>, compartilham de informações sobre o aborto legal no Brasil. Além de usar linguagens e hashtags que buscam chegar a mais pessoas. Hashtags como “#NemPresaNemMorta”, “#AbortoLegal”, #nãoaoestatudodonascituro” e recentemente a hashtag que eclodiu foi a do “#CriançaNãoÉMãe”, “#EstrupradorNãoÉPai”, sobre o projeto de lei-PL 1904/2024.

Usando, nesse sentido, de estratégias morais, como publicações de relatos de mulheres falando sobre o procedimento do aborto, são narrativas que expressam que o

---

<sup>15</sup> Avaaz, que significa "voz" em várias línguas europeias, do oriente médio e asiáticas, foi lançada em 2007 com uma simples missão democrática: mobilizar pessoas de todos os países para construir uma ponte entre o mundo em que vivemos e o mundo que a maioria das pessoas querem.

<sup>16</sup> A safe2choose é uma empresa social que integra um movimento internacional pela saúde reprodutiva e o acesso ao aborto seguro. É uma plataforma de aconselhamento e informação online que apoia as mulheres que desejam um aborto com pílulas ou um aborto cirúrgico e, quando necessário, encaminha-as para profissionais de saúde confiáveis, treinados e pró-escolha. Nossa equipe conta com orientadoras em diversos idiomas, profissionais médicos e especialistas em saúde pública e desenvolvimento internacional que trabalham coletivamente para te oferecer informações corretas e seguras sobre remédios abortivos. Respeitamos e apoiamos as mulheres para que tomem suas próprias decisões sobre seus corpos e sua saúde reprodutiva.

<sup>17</sup> Em 2018 várias organizações, pessoas e coletivos apostaram na criação da Nem Presa Nem Morta como uma estratégia de comunicação em favor da descriminalização do aborto no Brasil. Juntas realizamos o Festival pela Vida das Mulheres, no mês de agosto, coincidindo com a Audiência Pública da ADPF 442, que marcou o lançamento da nossa campanha. Desde então esse grupo vem se ampliando, apostando em ações junto à Nem Presa Nem Morta para transformar o debate público sobre aborto.

aborto realizado de maneira correta é seguro. Segundo Hollanda (2018) são essas formas meticulosas que o feminismo nas redes usa de mostrar que o pessoal é político, e a partir dessas mobilizações de relatos, essas experiências públicas, podem afetar o outro. A necessidade de mostrar empatia, colocando as pessoas nos lugares das outras, mas também de entender a igualdade na diferença, em que as opressões são circunscritas por diversas especificidades seja, de gênero, raça, nacionalidade, geração e entre outras.

Outras formas de táticas que usam para pressionar a descriminalização do aborto no Brasil, e o acesso ao aborto legal, é de publicações de orações, de vídeos explicativos, e de religiosos que são a favor da legalização do aborto. Muitas dessas formas de publicações buscam usar as redes, que são performativas, para alcançar outras pessoas. As católicas pelo direito de decidir<sup>18</sup>, usam de muitas dessas estratégias, como publicações recorrentes no *Instagram*, associando que o medicamento misoprostol é mais seguro que Rivotril. Além de hashtags como: “#CatólicasPeloDireitoDeDecidir”, “#JustiçaReprodutiva”, “#LegalizaparaAvançar”, “#PelaVidaDasMulheres”, “#EmDefesaDaVida”.

São algumas das diversas organizações e projetos que usam das redes para pautar os direitos das mulheres, o acesso ao aborto legal, e clandestino fora do país. Uma delas é o projeto *vivas*<sup>19</sup>, que ajuda as mulheres a acessarem o aborto legal, arcando com passagens, hospedagens das pessoas que desejam abortar e moram longe de onde tem hospitais que realizam o procedimento. No caso das pessoas que passam por uma gravidez indesejada e querem realizar o aborto, elas auxiliam para viajar ao país mais próximo em que o aborto é legal.

O projeto tem um site, como também *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp* para compartilhar questões de direitos reprodutivos, contraceptivos e sobre aborto. Além disso, na plataforma *WhatsApp* as pessoas podem contatar pedindo suporte em como tomar os remédios abortivos, como também em casos de ajuda para recorrer a um aborto legal. Assim, a rede que usa as mídias para informar as mulheres sobre notícias e atualizações de militância nas ruas sobre os direitos das mulheres.

---

<sup>18</sup> Católicas pelo Direito de Decidir foi fundada no Dia Internacional da Mulher de 1993. A ONG apoia-se na prática e teoria feministas para promover mudanças em nossa sociedade, especialmente nos padrões culturais e religiosos.

<sup>19</sup> O Projeto Vivas é uma organização não governamental e sem fins lucrativos, criada em 2020 com o intuito de auxiliar meninas, mulheres e outras pessoas com capacidade de engravidar a acessar os serviços de aborto legal e seguro aqui do Brasil, pelo SUS ou, nos casos não permitidos pela lei brasileira, no exterior.

A plataforma Women on Web também usa do *Instagram* para mostrar suas ações nas ruas e nos espaços online. As publicações são acerca do aborto nos países que elas enviam as pílulas, e em países que ainda é crime realizar o procedimento, bem como ações e palestras realizadas, como stories e vídeos que falam sobre como realizar o procedimento do aborto.

Com base nisso, verificam-se que os meios utilizados tanto a nível global e local para falar sobre o aborto, e principalmente, se for em caso da descriminalização e legalização são de palavras, hashtags para que mais pessoas tenham informação sobre o aborto.

### **3. As estratégias morais em torno do aborto a partir de narrativas expostas no site Women on Web**

Uma das sessões que compõe o Women on web se intitula “fiz um aborto” e nela as pessoas podem relatar sobre o procedimento de interrupção da gestação por meio de um formulário que o site disponibiliza.

De certa maneira, evidenciamos que a exposição de relatos é um aspecto central no site, logo quando abrimos o site encontramos um link que direciona a seção “fiz um aborto”. Quando navegamos no site, na maioria das seções, tem um link que também conduz às mulheres a relatarem sua experiência.

No formulário "compartilhe sua história", a pessoa tem a opção de inserir uma foto ou imagem, caso deseje, e, no site, está escrito "quebre o tabu e ajude a dar suporte mental às mulheres em todo o mundo". Ao clicar, somos direcionadas a tópicos em formato de enquetes, cujo objetivo é responder, de acordo com os pressupostos da plataforma.

As mulheres podem relatar no formulário abertamente sobre o procedimento do aborto, e como tudo aconteceu, seus sentimentos, suas conexões e motivações, sua religião, e se o aborto foi legal ou ilegal. Dito isso, os relatos selecionados compõem uma estrutura de formulário em que as pessoas podiam classificar os sentimentos em relação ao aborto.

O site utiliza de estratégias morais para que as mulheres, ao fazer o relato, elas possam classificarem nas possibilidades propostas o que sentiram ao realizar o aborto. Bem como, a atuação da organização como um trabalho que está ajudando as mulheres, tendo objetivo principal “quebrar o estigma do acesso ao aborto, fornecendo-o de forma clandestina, sobressaindo a legalidade”. Dessa forma, a organização está atuando na causa

do aborto — como elas denominam — combatendo um problema que impede que as mulheres o acessem.

Ao utilizar engajamentos morais, a plataforma fornece informações respaldadas cientificamente para as mulheres realizarem o aborto. Como forma de elicitare esses relatos, e especificar sentimentos de alegria, tristeza, alívio, luto, elas usam isso para que quebre o estigma do aborto, mostrando que sendo administrado corretamente os remédios, o procedimento é seguro.

Isto posto, selecionei três categorias de sentimentos que estão presentes nos relatos de mulheres brasileiras, de 2019 a 2020, que são: luto, alívio e culpa. As categorias selecionadas com base nas razões pelas quais realizou um aborto foram: problemas financeiros e saúde mental.

Justifico a escolha dessas categorias e dos anos, pelo material encontrado no site que são as categorias postas, bem como a escolha dos relatos e os sentidos se conectam que corroboram com as palavras e sentimentos das narrativas publicadas.

Essas categorias selecionadas podem ser acessadas no site e levam a diversos outros relatos que dizem respeito aos sentimentos e às razões, como o tipo de aborto que a mulher realizou, se foi legal ou ilegal. No que diz respeito às mulheres brasileiras, há o receio de ir ao hospital, devido ao aborto provocado por medicamentos na clandestinidade, elas têm medo de serem julgadas moralmente e denunciadas.

De acordo com Fassin (2019), a economia moral se espalha do local ao global, assumindo formas históricas e únicas. No caso do aborto, uma vez que cada país apresenta moralidades distintas em relação ao aborto, como valores, normas e obrigações, fica evidente que as moralidades não são fixas.

As categorias de alívio, felicidade, e decisão, são bastantes encontradas nos relatos de experiência das sujeitas. São categorias afetivas que perpassam o seu processo abortivo desde o momento da decisão de ingerir os comprimidos até de fato ter certeza que aconteceu a interrupção da gestação.

No estudo *The Turnaway*, realizado nos Estados Unidos, Foster (2024) e sua equipe entrevistou mil mulheres que realizaram um aborto ou tiveram o aborto negado no país. Foster (2024) fez uma das seguintes perguntas às mulheres: Quais são as razões pelas quais você decidiu abortar? As categorias apresentadas demonstram algumas das razões pelas quais as mulheres que apresentaram seus relatos abortaram.

Segundo Foster (2024), cerca de 40% das mulheres do estudo disseram que abortaram porque não tinham dinheiro o suficiente para criar um filho, ou mais um, se já

tivessem outros. De toda as razões apresentadas, o dinheiro foi o mais comum que apareceu no estudo realizado. No caso dos relatos das brasileiras, nas categorias elencadas pelas razões, os problemas financeiros aparecem frequentemente nos relatos.

Saliento o relato de Carla no site, no qual ela afirma ser uma mulher da periferia, tendo ingressado na universidade há pouco tempo, quando aconteceu o aborto. Ao descobrir a gravidez, através de um teste de farmácia, a única coisa que pensou ao ligar para o seu namorado foi que não queria prosseguir com a gravidez. Dos sentimentos que ela descreve na narrativa, alívio e tristeza são sentimentos que a acompanharam desde que conseguiu comprar o cytotec até o sangramento finalizar. Embora, os sentimentos enquadrados por Carla que encontrei demonstram negativos em relação ao abortamento, mas ao ler o relato prevalece o alívio.

No final do relato, ela diz que não queria desencorajar outras mulheres, mas, até o dia do relato, ela descreveu que sentia uma dor ao relembrar o que havia feito, mas reforçou que não podia arcar financeiramente com um filho naquele momento.

Dos relatos escolhidos, a categoria problemas financeiros foi a mais preponderante. De fato, segundo o estudo realizado por Foster (2024), as mulheres abortam por diversas razões, mas a questão do dinheiro é bastante relevante, quando se trata de arcar com os custos de cuidar de um filho.

Ao contrário do Brasil, nos Estados Unidos, até 2020, ano em que Foster escreveu o livro, as mulheres podiam abortar em clínicas se tivessem condições de arcar com os custos da consulta, do deslocamento e das diárias em outro estado. Visto que, em alguns estados, por exemplo, a Califórnia, cobria o procedimento das mulheres de baixa renda. Diferentemente do estado de Louisiana, na qual só cobria abortos se for em casos de estupro ou risco à vida da mulher. Assim, as mulheres tem que realizar um descolamento para outro estado, se caso onde elas morarem não realizarem o aborto.

Como mencionado, com a decisão da Suprema Corte americana de 2022, os legisladores e juizes de cada um dos 50 estados passam a decidir se o aborto é permitido dentro de suas fronteiras. O direito ao aborto é, portanto, condicionado ao local de moradia. As opções para as mulheres que moram em estados distantes dos quais que o aborto é legal é extremamente difícil devido o custo e o deslocamento. Dessa maneira, a demanda por acesso às pílulas online cresceu consideravelmente, inclusive de pedir ajuda a organização Aid Access nos Estados Unidos.

Percebemos que os problemas financeiros perseguem as mulheres no Brasil e nos Estados Unidos, independente disso, a restrição dos países é o que afeta as mulheres de

acessarem o aborto. No Brasil, as mulheres recorrem aos meios clandestinos de acesso as pílulas, devido à ilegalidade.

No que diz respeito ao luto, ressalto a narrativa da Daniela no site, apesar de ela enfatizar a questão financeira, em razão de ter dois filhos e não podendo arcar com outro, além de problemas com o parceiro, dado que estava separada. Gostaria de destacar a categoria luto, visto que ela demonstra todo o relato da Daniela no site, no qual ela escreveu: "Vivi um final de semana de luto". De acordo com Gesteira *et.al* (2006), é necessário que as mulheres que sofreram um aborto provocado vivam o momento do luto, na medida em que este pode ser encarado como uma perda para a mulher, o que requer adaptação para ela.

A questão do luto no processo de aborto, de acordo com Gesteira *et.al* (2006), é um luto não autorizado, que se refere às perdas que não podem ser abertamente apresentadas e reconhecidas socialmente. Isso ocorre porque muitas mulheres passam por isso sozinhas, sem apoio emocional ou psicológico. Dessa forma, o espaço que elas têm para se expressar publicamente sobre seus sentimentos e as razões pelas quais escolheram abortar são as mídias digitais, especificamente, o site, onde podem escapar de julgamentos morais e religiosos.

São nestes espaços na internet que surgem novos valores e regras morais, bem como novas categorias morais. No espaço "Fiz um aborto", nas redes sociais do site, é possível encontrar repertórios de palavras e emoções que corroboram as narrativas das mulheres que buscam a interrupção da gestação e o apoio das organizações feministas.

No fragmento da narrativa da Daniela, percebemos que, apesar de estar passando por um processo de luto, ela expressou sentimento de alívio, decidida e feliz, evidenciando um conjunto de sentimentos. No entanto, prevaleceu o alívio de ter realizado o procedimento, que era a escolha dela e o bem-estar de sua saúde mental.

São processos como esses que se aplicam às nossas vidas cotidianas. Embora possamos não estar cientes, milhares de mulheres já passaram por um aborto durante a sua vida reprodutiva. Elas viveram esse evento na sua vida e mantêm segredo sobre ele, por questões de julgamento, de valores, de regras, de luto e de sentimentos que não estão visíveis.

Os fragmentos de narrativa mostram uma variedade de sentimentos, como as negociações em torno do aborto, o luto, o alívio e as razões que levaram à prática do aborto. Esses sentimentos e emoções se confrontam com o cotidiano da vida das mulheres, no qual elas seguem a rotina deixando isso em segredo, pois, segundo Motta

(2015) o aborto é algo praticado sobre o signo de segredo, devido à condenação da prática, vista como imoral, e como pecado e crime, e onde elas podem encontrar um lugar para falar disso são os espaços na internet.

Em relação à categoria de saúde mental, as pessoas contrárias ao aborto, como os grupos pró-vida, legisladores e juízes nos Estados Unidos segundo Foster (2024) argumentam que as mulheres que realizam a interrupção da gestação acabam vivenciando problemas psicológicos após o procedimento. De acordo com o estudo conduzido pela autora, as mulheres que realizaram o aborto experimentam sentimento de alívio depois de fazer o procedimento. Além disso, os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas com mulheres que abortaram demonstram que o aborto não causa depressão ou ansiedade. Na verdade, os danos vêm da negação dos serviços — e não da prestação deles.

No Brasil, os grupos contrários ao aborto também argumentam que as mulheres podem sofrer de transtornos mentais após o procedimento. Com base no artigo de Porto (2023), na qual analisou os argumentos dos grupos pró descriminalização e do grupo contra a descriminalização do aborto, com base na questão da saúde mental na audiência da ADPF442/STF<sup>20</sup> realizada em 2018. O grupo contra a descriminalização usava argumentos dizendo que mesmo que a mulher tenha acompanhamento psicológico e médico, os danos à saúde mental são irreversíveis, mesmo tendo estudos no Brasil corroborando que os danos à saúde mental são pela criminalização que perpetua preconceito e violência as mulheres.

No que diz respeito às razões que levaram as mulheres a realizarem o aborto por razões de saúde mental, elas demonstram alívio após o sucesso do procedimento, em função da saúde mental delas. Apesar de alguns relatos, as mulheres expressarem sentimentos de vergonha, medo de morrer sozinhas e culpa, mas, ao perceberem que o procedimento ocorreu de acordo com o esperado, sentem alívio.

Segundo Foster (2024), o maior sofrimento inicial pode ser atribuído ao fato de que a experiência de uma gravidez indesejada é perturbadora. Dada a complexidade emocional, financeira e os riscos futuros do parto, a maternidade, assim como o aborto, o deslocamento e o dinheiro para comprar as pílulas, deixam as mulheres com a saúde mental afetada. No Brasil, a ilegalidade tem um impacto ainda maior nas mulheres.

---

<sup>20</sup> Na ADPF 442 o Psol pede que o STF declare a não recepção parcial dos artigos 124 e 126 do Código Penal pela Constituição da República, pois entende que estes dispositivos, que criminalizam o abortamento voluntário, violam os princípios e direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal (Porto, 2023, p. 5) Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MDSFZHYvVPbtSz9ggdvRYGG/>

Há uma opção no formulário disposto pelo site que questiona se a ilegalidade afetou os sentimentos das mulheres que abortaram. Por sua vez, os relatos mostram o impacto da não descriminalização do aborto na saúde mental das mulheres. Dos dez relatos, sete mulheres responderam que a ilegalidade trouxe medo e preocupação, em função de viverem em um país onde o aborto é ilegal e poderem ser presas ou julgadas moralmente. Portanto, sabiam que a decisão era a melhor a ser tomada naquele momento.

A categoria de culpa está presente nos relatos das mulheres, sendo que elas se sentem culpadas por terem que realizar um aborto, mas isso se torna mais evidente quando se constata nas narrativas que a prática do aborto é a correta naquele momento da sua vida. Em consequência de as mulheres não terem condições financeiras para arcar com um filho quando descobrem a gravidez, o aborto, mesmo na clandestinidade, surge como a melhor opção.

Foster (2024) enfatiza que, a emoção mais comum após uma semana das mulheres terem realizado o aborto foi alívio, mas a culpa também prevaleceu. No entanto, no estudo realizado, verificou-se que, apesar de, após alguns anos, as mulheres terem realizado um aborto, as emoções delas diminuíram, tanto negativas quanto positivas. Por conseguinte, com base no estudo, é possível notar que o sentimento de culpa que predomina após uma semana diminui. Após cinco anos do aborto, apenas 14% das mulheres disseram sentir tristeza, 17% culpa e 27% alívio, este último como a emoção mais comum entre elas.

Destarte, de acordo com as categorias escolhidas, é possível notar que o aborto pode causar diversas emoções nas mulheres, tanto positivas quanto negativas. Não é surpreendente que algumas mulheres tenham apresentado mais emoções negativas, posto que, as emoções negativas podem significar uma reação normal ao evento ou uma decisão difícil na vida de cada uma das mulheres.

Constata-se que o alívio é o sentimento mais preponderante nas categorias, como no estudo realizado por Foster (2024), mostrando que a decisão das mulheres em escolher o aborto é de um sentimento de alívio, e que a escolha delas foi a certa a se fazer. Os grupos contrários ao aborto argumentam que as mulheres se arrependem de ter realizado o aborto e que o mesmo pode causar danos as mulheres, como depressão e ansiedade.

Com base nisso, esses legisladores contra o aborto lançam campanhas na internet e nos espaços públicos para dificultar o acesso as mulheres ao aborto, mesmo em casos que é direito da mulher, como no Brasil, em casos de violência sexual, morte materna e fetos anencefálicos. Contudo, as pesquisas mostram que as mulheres que escolheram pelo



aborto se sentem aliviadas e seguras, sendo que 95% das mulheres relataram que essa foi uma decisão certa para elas (Foster, 2024).

As categorias apresentadas pelas mulheres nos relatos demonstram que os sentimentos de alívio, decidida, e feliz predominam, mas são sentimentos ambíguos devido à criminalização, aos julgamentos morais feitos por pessoas próximas e à religião. Na qual, as mulheres vivem esse processo caladas, sem poderem falar abertamente sobre o que aconteceu na vida delas.

É importante reforçar que a pesquisa que está sendo apresentada para fundamentar este trabalho compreende que, ao longo do estudo, os Estados Unidos tinham clínicas para que as mulheres pudessem realizar o aborto, mas, é claro, nem todas tinham acesso. Ao contrário dos Estados Unidos, as mulheres brasileiras recorrem ao mercado ilegal para obter as pílulas e realizar o aborto, temendo a possibilidade de irem ao hospital e de serem denunciadas e presas.

No tocante as categorias de sentimentos e razões as quais as mulheres recorreram ao aborto encontradas nos relatos das mulheres, elas corroboram com o site e as redes sociais, isto é, evidenciando as categorias morais de valores e emoções. Já que, o site estimula os relatos conforme o formulário disponibilizado, e os sentimentos analisados foram colocados para elas categorizarem.

Dito isso, percebe-se o uso de moralidades para pautar o aborto de maneira segura e o acesso do mesmo as pessoas que não tem como conseguir o procedimento. Dos relatos trazidos, observa-se que as mulheres brasileiras tendem a sentir alívio em realizar o procedimento, mesmo que os sentimentos sejam ambíguos, no final a escolha em realizar o aborto foi a correta no momento.

### **Considerações finais**

A Women on Web esclarece que o Brasil é um dos países mais difíceis de se obter pílulas abortivas. Dito isso, é possível notar que, além de dificultar o acesso ao aborto legal, quando se trata de casos da clandestinidade, o suporte às mulheres e o acesso as pílulas são ainda mais difíceis, assim como o acesso aos hospitais. As mulheres não querem ir por medo de serem julgadas ou serem presas.

É importante mencionar que, essas redes estão atuando em um contexto de criminalização do aborto no Brasil, enviando meios para que as mulheres acessem as pílulas, ajudando em todo o processo abortivo através da telemedicina e com base na

ciência. O acesso a essas redes permite o compartilhamento de experiências, sejam elas de alívio, tristeza, felicidade, otimismo e entre outros sentimentos.

No caso das organizações que atuam no Brasil, percebemos que elas buscam engajar mais pessoas na causa do aborto, e que ele seja descriminalizado e legalizado no Brasil. Porém, com o avanço de pautas conservadoras no congresso, seguimos tentando garantir o que já está prescrito na lei, mostrando que meninas e mulheres são as mais atingidas com essas pautas de cunho moral e religioso.

Diante de alguns trechos de relatos apresentados, foi possível perceber que os sentimentos das mulheres que recorrem ao aborto são ambivalentes, e que as razões a recorrerem o abortamento são em situações de problemas financeiros e saúde mental. Mas, o que de fato as afeta é a criminalização, por medo de serem presas e julgadas por realizarem o aborto.

Desta forma, as militantes e ativistas se desdobram para que as mulheres não caiam em golpes financeiros para o acesso das pílulas, ou que passem por constrangimentos físicos, emocionais e econômicos. As dinâmicas das redes oferecem uma variedade de lugares online que as mulheres podem acessar, tentando mediar essas negociações. Sendo assim, é importante que essas redes sejam seguras para as mulheres.

É relevante mencionar que, mesmo com atuação dessas militantes e ativistas agindo nas bordas do estado e nas margens das políticas públicas, fornecendo o acesso ao aborto seguro, pensar na descriminalização do aborto no Brasil supõe que essas ativistas ainda vão continuar trabalhando nos espaços offline como online. Uma vez que, mesmo na possibilidade de não ser presa, não significa que as políticas públicas serão efetivamente implementadas.

Ressalta-se que mesmo em países que o aborto foi descriminalizado, a Women On Web continua atuando para que as mulheres tenham acesso. Seja através de postagens informativas nas redes, como o acompanhamento individual através dos estagiários as mulheres. Usando também de pressão digital a esses países, elas conseguem com que muitos legisladores atuem na causa do aborto.

A Women on Web tem alcançado um nível global e local de acesso, onde mulheres de todo o mundo podem acessar o site para obter ajuda sobre como realizar um aborto. No entanto, é perceptível que nem todas as mulheres têm acesso as mídias digitais, em virtude de a internet não ser universalmente disponível para todos.

Com a midiaticização profunda, conforme Couldry e Hepp (2020), que compreende a difusão temporal, espacial e social das comunicações mediadas, estamos cada vez mais

inseridos e habituados a nos comunicar e acessar as mídias e a comunicação, mas isso também diz respeito às diferenças sociais e culturais que as comunicações mediadas produzem em níveis mais elevados.

Portanto, sendo considerável frisar que não são todas as mulheres de classes sociais e raças que acessam essas redes de abortamento. É preciso ter em mente que, apesar de ter acesso à internet, muitas mulheres ainda abortam em contextos marginalizados sem o acompanhamento de redes que visam o bem dessas mulheres.

### Referências

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **A construção mediada da realidade**. São Leopoldo: Unisinos, 2020.

DINIZ, Debora; MADEIRO, Alberto. Cytotec e aborto: a polícia, os vendedores e as mulheres. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 1795-1804, 2012.

FASSIN, Didier. As economias morais revisitadas. In: RIFIOTIS, Theofilus; SEGATA, Jean (org.). **Políticas etnográficas no campo da moral**. Porto Alegre: UFRGS. p. 51-87. 2019. Disponível em: [https://levis.cfh.ufsc.br/wp-content/uploads/2020/11/politicas\\_etnograficas\\_campo\\_da\\_moral\\_comprimido.pdf](https://levis.cfh.ufsc.br/wp-content/uploads/2020/11/politicas_etnograficas_campo_da_moral_comprimido.pdf)

FOSTER, Diana Greene. **Gravidez indesejada**. 1 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 336 p, 2024.

GESTEIRA, Solange Maria dos Anjos; BARBOSA, Vera Lúcia; ENDO, Paulo César. O luto no processo de aborto provocado. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 19, p. 462-467, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/hgSMBJmG7yMrq7mRRMkM9Gx/abstract/?lang=pt>

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. Editora Companhia das Letras, 2018.

HINE, Christine; PARREIRAS, Carolina; LINS, Beatriz Accioly. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. *Cadernos de Campo* (29), São Paulo, 2020, pp.1-42. DOI10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181370

JACOBS, M. Oferta e realização de interrupção legal de gravidez no Brasil: análise de dados dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. **Tese de doutorado**, Saúde coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, 2022 Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PGSC0322-T.pdf>.

MOTTA, Flávia de Mattos. **Sonoro Silêncio: história e etnografia do aborto**. Ponta Grossa: toda palavra, 2015

PORTO, Madge. Saúde Mental e Abortamento Voluntário na Audiência Pública da ADPF442/STF. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e264324, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/MDSFZHYvVPbtSz9ggdvRYGG/>

VAN DJICK, José. **La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes Sociales**. Siglo XXI editores, 2016. Disponível em: [https://catedratos.com.ar/media/La-cultura-de-la-conectividad\\_-Jose-Van-Dijck.pdf](https://catedratos.com.ar/media/La-cultura-de-la-conectividad_-Jose-Van-Dijck.pdf)

WOW – WOMEN ON WEB. Eu fiz um aborto: mapeamento de histórias de aborto. Disponível em: <https://www.womenonweb.org/pt/map>.